



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO nº 032/2014

ESCLARECIMENTO

Após consulta à área técnica, segue resposta ao questionamento enviado via e-mail à CODEVASF:

QUESTIONAMENTO:

“Esta empresa vem através desta solicitar os seguintes esclarecimentos:
Pedimos rever a existência em planilha de custo dos itens Reserva Técnica e Treinamento e Reciclagem.

Exclusão da planilha de custos e formação de preços dos itens relativos a Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal e Reserva Técnica.

Legalidade. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU. Quanto à exclusão da Reserva Técnica da planilha de custos e formação de preços, transcrevemos trecho do relatório do Ministro Augusto Sherrnan Cavalcanti no Acórdão 645/2009 - TCU - Plenário: "A área administrativa do TCU, por sua vez, tem adotado a suspensão do pagamento da reserva técnica nos contratos ou a sua renegociação com a exclusão dessa despesa, tendo em vista entender que no grupo B das planilhas de custo e formação de preços já constam na remuneração do empresário os dias em que o funcionário recebe e não presta serviços.

O colegiado dessa Corte também tem feito determinações para que não seja previsto nas planilhas de custos item referente à reserva técnica, especialmente sob o entendimento de que ela não tem correspondência com a realidade de execução dos contratos de prestação de serviços terceirizados apenas amplia a margem para custos mais elevados (acórdão 1851 - 2ª Câmara, entre outros)".

Em síntese, o art. 29-A, § 3º, da IN MPOG nº 02/2008, alterada pela IN MPOG nº 03/2009 mantém os itens relativos à Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal e Reserva Técnica. No entanto, o TCU tem determinado aos órgãos públicos a não inclusão desses itens nos futuros contratos de



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

prestação de serviços terceirizados e, em relação aos contratos em vigor, determina que em eventuais reajustes/repactuações os valores relativos a essas parcelas sejam removidos por ser consideradas indevidas e onerar os custos dos serviços contratados.

Assim sendo, em obediência ao princípio da legalidade, temos que a não inclusão na planilha de custos e formação de preços dos itens relativos à Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de pessoal e Reserva Técnica encontra respaldo na observância da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União - TCU.”

RESPOSTA:

Acatamos o pedido da empresa e pedimos desconsiderar os itens que se referem a “**Reserva Técnica e Treinamento e Reciclagem**” da planilha de custo parte integrante do Edital.

Agradecemos sua participação.

Petrolina, 13 de outubro de 2014.

MARIA PEDRINA DE SOUZA
PREGOEIRA - CODEVASF / 3.ª SR